1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2024 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO CAMPREV – 03/01/2024

Às dez horas do dia três de janeiro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, de forma presencial, a reunião do Comitê de Investimentos do CAMPREV – COMIN. Encontravam-se presentes os membros: Sr. Diretor Financeiro do CAMPREV e Presidente do COMIN Luís Carlos Moreira Miranda, Sr. Tiago Duni Cerqueira e Sr. Marcelo de Morais, todos com direito a voto. Também participaram da reunião o Sr. Flávio Augusto Arantes A. H. Martins, a Sra. Andreia Bortoluzzi, o Sr. Elias Lopes da Cruz e o Sr. Paulo César da Fonseca estes com direito a voz. O Diretor abriu a reunião dizendo que precisamos decidir o calendário de reuniões do COMIN para o ano de 2024, e em seguida passou a palavra para o economista. No mês de dezembro os fechamentos nas curvas de juros norte-americana e brasileira voltaram a ocorrer com intensidade, assim como foi no mês de novembro: O PCE, principal índice de inflação analisado pelo FED, veio abaixo das expectativas tanto no índice cheio quanto em seu núcleo, o que aliado a dados de atividade que indicam leve desaceleração e uma mudança significativa na comunicação do Banco Central norte-americano colaboraram para a tese do "pouso suave", a qual expressa que a economia dos Estados Unidos deve ter um processo desinflacionário sem adentrar numa recessão. Nesse ínterim, a curva de juros norte-americana teve mais um movimento de fechamento: título americano pré-fixado de dez anos, acabou o ano negociando a 3,88%, muito abaixo dos 4,88% que negociava no fechamento do dia 31/10/2023. A descompressão que ocorreu na curva de juros norte-americana proporcionou uma boa performance para ativos de risco em todo o planeta. O mercado doméstico beneficiou-se do panorama descrito acima e não teve maiores alterações: embora o IPCA-15 de dezembro tenha vindo acima das expectativas do mercado e mostrado uma leve aceleração nos núcleos, a alta no índice cheio deveu-se em grande parte a itens voláteis (como passagens aéreas) e o rumo da política monetária brasileira não deve sofrer maiores alterações. Em termos de atividade, apontam-se os mesmos elementos citados nas reuniões anteriores: deve ocorrer desaceleração em 2024 porque a política fiscal tende a ser mais restritiva em relação ao que foi no ano anterior, no 3º Levantamento realizado pelo Boletim da Safra de Grãos da Conab estimou-se uma queda na quantidade produzida de grãos em toneladas na ordem de -2,4% (as projeções têm apresentado

redução ao longo dos meses) e ainda devem ocorrer impactos defasados da política monetária na atividade econômica. O Diretor começou a falar dizendo que nos investimentos se faz necessária a aplicação em fundos com gestão ativa por parte dos gestores. Sugeriu que nas próximas semanas o comitê analisasse propostas e realizasse reuniões com fundos de gestão ativa. Acrescentou na sua fala que em 2024 o CDI deve continuar atingindo a meta do Instituto, mas acha necessário o comitê começar a analisar outras propostas de investimento dentro dos gestores credenciados com o Instituto. E realizarmos ajustes mensais nos investimentos da carteira. O membro Tiago disse que deve ser bem-dito para os gestores os produtos que o comitê busca, pois por diversas vezes realizamos reuniões e os produtos apresentados não eram o objetivo de investimento naquele momento. O Diretor comentou que deve ser direcionado mesmo o que se quer. Flávio propôs que ele entrasse em contato com os distribuidores buscando produtos que atendam o critério definido de fundos renda fixa de gestão ativa. O membro Tiago perguntou ao economista se fundos de gestão ativas estão somente enquadrados no artigo 7º incisos e alíneas. Em resposta, o economista informou que abrange os fundos de crédito privado e alguns de multimercado. O Elias falou que é importante observar os limites estabelecidos na Política de Investimentos, cabendo qualquer alteração enviar solicitação ao Conselho Municipal de Previdência, pois a atitude de permanecer dentro dos limites é uma salva guarda aos próprios diretores. Caso os limites não sejam respeitados os diretores terão dificuldade em responder pelos seus atos. O Diretor falou que conforme inserido na PAI do ano de 2024 pelo CMP: "confeccionadas atas das reuniões e as discussões deverão ser integralmente registradas, sendo que deve ser explicitada a posição individual do servidor participante da reunião em cada aspecto discutido, tanto dos membros quanto de servidores eventualmente convidados." As próximas ATAS serão escritas conformes as conversas e discussões. O membro Tiago perguntou se o conselho prestou o devido apoio que o Diretor solicitou em uma reunião do órgão. O Diretor respondeu que até o momento não houve encaminhamentos. O Elias sugeriu a contratação de um estagiário para apoio, igual ocorre no CMP, o Diretor disse que solicitou um estagiário para a Diretoria Financeira a três meses e nunca teve resposta. O Diretor ainda acrescentou que não vê nenhum problema em gravar as reuniões, mas que precisa dos aparatos necessários. Elias disse para o Diretor receber essa solicitação de ATAS mais minuciosas como algo

de bom para ele mesmo. Continuo citando um caso que a Polícia Federal solicitou registro das decisões tomadas a 15 anos atrás no Instituto, e que não havia registros das decisões. Elias acrescentou que paga do bolso dele uma assinatura do Google Meet, pois a Diretoria Administrativa demora um ano para realizar as contratações necessárias. O membro Marcelo disse para deliberar as medidas necessárias para viabilizar a ordem acrescentada na PAI pelo CMP. Andreia disse que realiza a contratação de estagiários para alguns setores do CAMPREV e não são todos os estagiários que aceitam o trabalho de ficar redigindo ATAS, eles vêm trabalhar para adquirir conhecimentos. O membro Marcelo sugeriu que seja convocado um agente administrativo para dar suporte aos órgãos colegiados do CAMPREV. Acrescentou que no antigo Instituto IPMC existia servidores que davam apoio aos comitês e conselhos. O Diretor acrescentou que com a quantia de reuniões do CMP, do Conselho Fiscal e do COMIN que costuma ter a ordinária e quando tem uma extraordinária no mês parece ser viável a contratação de um agente de administração. Paulo acrescentou que não sendo estagiários não existiria a necessidade da supervisão que o estagiário necessita no desenvolvimento de suas competências. O Diretor começou dizendo, por fim temos acordo na agenda de reuniões ordinárias do Comitê em permanecer na primeira quarta-feira de cada mês, os membros concordaram e o membro Marcelo informou que estará em período de férias na reunião de março. Após, o Diretor sugeriu aos membros que fosse incorporado ao relatório de investimentos do CAMPREV e publicado no site e Diário Oficial do Município, um relatório elaborado pelo Economista Flávio Martins, os membros concordaram. No entanto o Elias disse não achar que o Presidente do Instituto vá concordar com a publicação em Diário Oficial. O Diretor rebateu dizendo que os dados de investimentos devem ter ampla transparência e não vê motivos para não publicação em Diário Oficial. Elias argumentou que acha que o Presidente não concordará, o Diretor disse que o Presidente, caso não concorde explicite sua posição não cabendo ao Elias falar em nome do Presidente. O membro Marcelo sugeriu que referente ao ano de 2023 fosse feita uma única publicação contendo todos os meses, e que a partir de 2024 a publicação ocorresse no encerramento de cada mês. Ficou decidido pelos membros encaminhar sugerindo a publicação do relatório. O membro Tiago pediu a palavra para realizar a leitura da Nota Técnica SEI Nº 296/2023/MPS, assunto: RPPS. Possibilidade de resgate de aplicações em fundos de investimentos quando a cota na data do resgate

corresponder a um valor menor do que o inicialmente investido. Após a leitura o membro disse que a consulta sobre o tema foi da Associação Brasileira de Instituições de Previdências Estaduais e Municipais – ABIPEM que tem como Presidente o Senhor João Carlos Figueiredo do Instituto de Jundiaí/SP. Elias disse que não devemos considerar o Instituto de Jundiaí como exemplo a ser seguido, pois o Presidente do Instituto age de maneira antidemocrática e não transparente. O Diretor disse que a nota é um respaldo técnico em relação ao assunto abordado, mas que necessita de parecer técnico para possibilitar o resgate de fundos. Nada mais havendo a discutir, o Presidente do COMIN agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Foi elaborada a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros do Comitê.

Luís Carlos Moreira Miranda _____

Marcelo de Morais _____

Tiago Duni Cerqueira _____